VIII ENCONT
ENCONTRO NACIONAL DOS CONTABILISTAS DAS EFPC
01 E 02 DE AGOSTO
PORTO ALEGRE/RS
CENTRO DE EVENTOS FIERGS

ANCEP NOTÍCIAS

O jornal diário dos ancepianos.
24 de abril- 8h30

SESSÃO SOLENE DA CÂMARA COMEMORA O "DIA DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

“Os profissionais da contabilidade contribuem muito com a dinâmica dos negócios no Brasil”, diz mensagem do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, lida durante sessão solene em homenagem antecipada ao "Dia do Profissional de Contabilidade", que será comemorado amanhã (25). Para Maia, “os profissionais, no dia a dia do seu trabalho, colaboram para que o cidadão e as empresas consigam gerir a sua vida fiscal de forma segura e correta. No âmbito das organizações, têm uma participação decisiva para o seu funcionamento e, em diferentes graus e situações, podem responder pela transparência das operações financeiras”.

Representantes do Sistema CFC/CRCs, profissionais da Contabilidade e líderes de entidades do setor contábil participaram em Brasília (DF), da sessão solene proposta pelo deputado federal Hildo Rocha, alusiva à data. Na foto, da esquerda para a direita aparecem Francisco Sant´Anna (Ibracon); Sérgio Approbato (Fenacon); deputado Hildo Rocha; Joaquim Bezerra (CFC) e Daniel Fernandes (CRCDF)

A ANCEP prepara nota comemorativa a ser divulgada nesta quinta-feira (25)

Ao fazer a abertura da sessão, o deputado Hildo Rocha ressaltou a importância da Contabilidade para o País. “Sem dúvida, é uma das profissões mais importantes do mundo”, pontuou.

8º Encont deve ser marcado na agenda

O 8º ENCONT - Encontro Nacional dos Contabilistas de Entidades de Previdência será realizado em Porto Alegre nos dias 1º e 2 de agosto.

O tema-central do 8º ENCONT já está escolhido: "Contabilidade na Era Digital: Rompendo Fronteiras em um Mundo em Transformação" e logo a programação estará sendo anunciada. Por todas as razões trata-se de um evento imperdível, daqueles que vale a pena marcar com destaque na agenda.

Reforma da Previdência: PEC é aprovada na CCJ da Câmara

Após quase nove horas de reunião, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou no fim da noite desta terça-feira o parecer do relator Marcelo Freitas (PSL-MG) sobre a reforma da Previdência. 48 parlamentares votaram a favor do parecer, enquanto 18 foram contrários. O governo conseguiu garantir a votação do relatório após fechar acordo com os partidos independentes, como PP, PR e MDB, para aprovar a admissibilidade da reforma no colegiado. A costura foi feita pelo secretário especial da Previdência e do Trabalho, Rogério Marinho. Em contrapartida, Freitas fez quatro alterações em seu parecer, resume toda a mídia na internet desde a noite desta terça-feira (23) e os jornais impressos hoje (24).

O acerto prevê que o Executivo não terá mais a competência exclusiva para propor os projetos de lei complementares de regulamentação das regras previdenciárias e que os deputados e senadores também poderão protocolá-los. O entendimento ainda permitirá a "desconstitucionalização" das regras previdenciárias, pelo menos nesse primeiro momento. O governo propôs ao Congresso deixar na Constituição apenas os parâmetros gerais da Previdência e a regulamentação – como a idade mínima – por lei complementar. O governo argumentou que, se a desconstitucionalização fosse barrada já na CCJ, isso exigiria refazer toda a proposta de emenda à Constituição (PEC), com alteração em 61 artigos. A maioria dos partidos já criticou esse ponto e sinalizou que votará contra na comissão especial, em que ocorrerá a próxima fase da tramitação.

O novo parecer exclui ainda três mudanças pretendidas pelo governo, que queria: impedir que a Justiça Federal do Distrito Federal continue a julgar processos sobre questões previdenciárias, mesmo daqueles cidadãos que moram em outros Estados (numa estratégia de advogados para buscar a jurisprudência mais favorável a seu cliente); acabar com a multa de 40% do FGTS para demissões sem justa causa quando o funcionário já for aposentado; e facilitar alterações na idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o que permitiria que o presidente Jair Bolsonaro indicasse mais integrantes para a Corte.

De acordo com Freitas, mesmo com as alterações, está mantido o impacto fiscal do texto original, uma economia de R$ 1,1 trilhão em 10 anos.

Reforma da Previdência 2 : Comissão especial poderá ser instalada amanhã

Segundo noticia o **PORTAL DA CÂMARA,** a intenção do Presidente Rodrigo Maia (MDB-RJ) é instalar a Comissão Especial que irá analisar o mérito da PEC já nesta quinta-feira (25), amanhã, portanto.

O jornal **O GLOBO** reforça a possibilidade de a Comissão Especial ser instalada amanhã, atribuindo à informação à líder do governo, a deputada Joice Hasselmann. . A parlamentar adiantou inclusive que acordo nesse sentido já teria sido fechado com lideranças partidárias.

Reforma da Previdência 3 : Mercado já estima economia menor

Instituições financeiras e consultorias têm estimado que a proposta de reforma previdenciária enviada pelo governo ao Congresso será desidratada e a economia apurada no prazo de dez anos deve ficar entre R$ 500 bilhões e R$ 650 bilhões, considerando regimes público e privado. A intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, é poupar R$ 1,1 trilhão, traz o **VALOR ECONÔMICO**.

Se mudanças nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural já são consideradas praticamente cartas fora do baralho, há discordância sobre a viabilidade de itens importantes da proposta oficial, como o aumento do tempo mínimo de contribuição e da idade mínima para mulheres. Em qualquer avaliação, o ponto comum é que são os trabalhadores urbanos que vão suportar a maior parte dos custos da reforma.

Já as propostas que atingem a todos de forma igualitária teriam menor risco de desidratação, mas podem sofrer flexibilização, a depender do quão dura for a medida em relação às regras atuais, segundo eles. O aumento no tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos para os que se aposentam por idade ou as novas regras de cálculo do benefício de quem está no regime geral estão entre essas mudanças, segundo os especialistas da Tendências. Para o Santander, o tempo mínimo de 20 anos passa pelo crivo dos parlamentares. Quanto à idade mínima, a Tendências vê médio risco de desidratação para o regime geral e o dos servidores. O Santander acredita numa redução na idade para as mulheres tanto do setor privado quanto do público, de 62 anos na proposta original para 60 anos.

No cenário do Santander, a economia gerada pela reforma será de cerca de R$ 613,5 bilhões em dez anos, ou 55% do esperado pelo governo, levando em conta os regimes do setor privado, público e militares. Já a economia prevista com as mudanças na previdência do setor público, de R$ 173,5 bilhões, seria diluída em 30%, para R$ 120,7 bilhões. O sistema progressivo de contribuição - quem ganha mais paga mais - seria mantido, mas com algum afrouxamento das alíquotas sobre os salários mais elevados. Isso ajudaria a evitar o litígio sobre o assunto.

Já a **FOLHA DE S. ´PAULO** traz a informação segundo a qual as simulações apresentadas no RAF (Relatório de Acompanhamento Fiscal) de abril do Senado Federal mostraram que a redução da despesa previdenciária do RGPS, nos primeiros quatro anos da vigência da reforma, foi estimada em R$ 76,1 bilhões. O ganho fiscal é crescente, chegando a R$ 670,9 bilhões no horizonte de dez anos, valor inferior, mas próximo do apresentado pelo governo (R$ 715 bilhões). A diferença deve-se à adoção de premissas distintas, mas os resultados são muito próximos, sobretudo por se tratar de período longo de tempo e pela própria natureza das variáveis que estão sendo tratadas aqui.

Petros ganha novo diretor de Investimentos

A Petros informou

Previ: Embraer tem novo presidente

O conselho de administração

Reforma da Previdência : Governo recua para evitar desidratação maior de sua proposta

O governo encaminhou